

PREVIJUNO

RELATÓRIO DE
**Diligências de
Investimentos**

1º SEMESTRE DE 2025

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS DOS INVESTIMENTOS

Período de referência: 1º Semestre de 2025 (01/01 a 30/06/2025)

Entidade: PREVIJUNO – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte – CE

Relatório Nº: 001/2025 – Semestral

Elaborado por: Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos, CP RPPS CGINV I

Destinado a: Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos

Base normativa: Portaria MTP 1.467/2022, Resolução CMN 4.963/2021

Data de Elaboração: 18 de julho de 2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. CREDENCIAMENTO	4
1.1 Instituições Credenciadas.....	4
1.1.1 Patrimonial	5
1.1.2 Fiscal	6
1.1.3 Jurídico	7
1.1.4 Comercial	8
1.2 Renovação de credenciamentos	9
1.3 Credenciamento de novas instituições	10
2. MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	10
3. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS INVESTIDOS	11
4. EVOLUÇÃO SEMESTRAL DA RENTABILIDADE	13
5. DILIGÊNCIAS	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo analisar a gestão dos investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE - PREVIJUNO, referente ao **primeiro semestre de 2025** (01/01 a 30/06/2025). O propósito é fortalecer a transparência sobre os recursos aplicados no mercado financeiro e, especialmente, diagnosticar as diligências necessárias, conforme estabelecido no **Item 3.2.6 do Manual, versão 3.6** do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Portaria MPS nº 185/2015 e Portaria MF nº 577/2017).

1. CREDENCIAMENTO

O **PREVIJUNO** realiza, a cada dois anos (24 meses), o **credenciamento das instituições financeiras responsáveis pela administração dos fundos de investimento** nos quais o órgão possui recursos aplicados.

Durante esse processo, são avaliadas as **condições patrimoniais, fiscais, jurídicas e comerciais** das instituições financeiras e dos demais prestadores de serviços.

A **realização prévia do credenciamento**, bem como o **monitoramento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento** — além das instituições selecionadas para receber as aplicações — estão previstos no **inciso VI do § 1º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021**.

O **§ 3º do art. 1º da mesma resolução** estabelece, *ipsis litteris*:

“Os parâmetros para o credenciamento das instituições de que trata o inciso VI do § 1º deverão contemplar, entre outros, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, o padrão ético de conduta e a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.”

Dessa forma, para fins de avaliação dos parâmetros mencionados no **§ 3º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021**, será analisada a qualidade das instituições financeiras com base nos **itens 1.1, 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4**, descritos a seguir.

1.1 Instituições Credenciadas

O **PREVIJUNO** não realizou credenciamentos de novas instituições financeiras no **primeiro semestre de 2025**.

Os credenciamentos listados abaixo foram realizados anteriormente, após avaliações detalhadas dos Itens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4. Esses critérios abrangem a saúde patrimonial, conformidade fiscal e jurídica, ética na condução dos negócios, histórico de desempenho e aderência aos padrões de rentabilidade e risco.

O processo de credenciamento também incluiu uma avaliação dos fundos de investimento administrados por essas instituições, considerando a gestão dos recursos aplicados, a performance dos investimentos e a aderência às melhores práticas de governança e compliance. A escolha foi feita de forma criteriosa para alinhar-se aos objetivos de longo prazo do PREVIJUNO, garantindo a segurança e a rentabilidade dos recursos dos servidores.

Esses credenciamentos foram realizados em conformidade com as normativas estabelecidas, visando otimizar a alocação dos recursos do Fundo, promover transparência, eficiência e o máximo retorno para os beneficiários da previdência. As instituições financeiras e os fundos credenciados estão habilitados a administrar os investimentos do PREVIJUNO, seguindo os parâmetros estabelecidos pelas resoluções pertinentes.

Instituições financeiras e fundos credenciados:

Banco Santander
Banco Daycoval S.A.
R3 Agente Autônomo de Investimentos Eireli
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Bradesco S.A.
BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.
Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda.
Banco Safra S.A.
Banco J. Safra S.A.
Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Caixa Econômica Federal
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

1.1.1 Patrimonial

Na avaliação patrimonial das instituições financeiras, são analisados diversos documentos que visam identificar a situação atual de seus patrimônios, a fim de assegurar que as instituições estão adequadamente estruturadas para gerir os recursos do PREVIJUNO. Entre os principais documentos avaliados, destacam-se:

a) **Questionário Padrão ANBIMA *Due Diligence* para Fundos de Investimento (QDD)** – Este questionário, preenchido e assinado pelos responsáveis da instituição financeira, contém informações detalhadas sobre a empresa, sua estrutura organizacional, governança, processos operacionais, e outras informações relevantes. O QDD é uma ferramenta fundamental para avaliar a conformidade da

instituição com os padrões de transparência e boa gestão, permitindo uma análise aprofundada de seu perfil financeiro e de risco.

b) **Relatório de Ratings Válidos** – O relatório de ratings é uma avaliação da capacidade de crédito da instituição financeira, emitida por agências de classificação de risco de renome. Este relatório deve estar de acordo com os limites mínimos estabelecidos na Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), garantindo que a instituição tenha, no mínimo, o grau de investimento exigido por uma das seguintes agências: **Standard & Poor's, Moody's, Fitch Ratings** ou **Austin Rating**. A avaliação de *rating* é essencial para atestar a solidez financeira da instituição, minimizando os riscos de inadimplência e maximizando a segurança das aplicações realizadas.

Essas avaliações patrimoniais têm como objetivo garantir que as instituições financeiras selecionadas para administrar os recursos do PREVIJUNO possuam uma base patrimonial sólida, com a capacidade de enfrentar adversidades econômicas e proteger os investimentos do fundo. Além disso, essas análises contribuem para uma gestão prudente e responsável dos recursos, em conformidade com as exigências regulatórias e com os melhores padrões do mercado financeiro.

1.1.2 Fiscal

Na avaliação fiscal das instituições financeiras, são analisados diversos documentos que comprovam a **regularidade fiscal das instituições**, tanto no momento do credenciamento quanto ao longo da utilização dos produtos financeiros que elas oferecem. Esse processo tem como objetivo garantir que as instituições financeiras estejam em conformidade com as obrigações fiscais, tributárias e de crédito, assegurando que os recursos do Fundo Municipal de Previdência Social estejam sendo administrados por entidades que operam de maneira legal e transparente. Entre os principais documentos analisados, destacam-se:

a) **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)** é um documento emitido pela Caixa Econômica Federal que atesta a regularidade da instituição financeira em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esse certificado é essencial para confirmar que a instituição está em dia com suas obrigações fiscais relacionadas ao FGTS, o que é um indicativo de boa gestão e responsabilidade fiscal.

b) Certidões das Fazendas **Municipal, Estadual e Federal e Dívida Ativa da União** – Essas certidões são fundamentais para verificar a regularidade da instituição frente aos tributos devidos nos âmbitos municipal, estadual e federal. A certidão da Dívida Ativa da União, por exemplo, confirma se a instituição possui ou não débitos inscritos na dívida ativa, o que é um indicador relevante da saúde fiscal da entidade. A análise dessas certidões assegura que a instituição não tenha pendências tributárias ou fiscais que possam comprometer sua capacidade de operação e a segurança dos recursos do fundo.

c) **Certidão Estadual de Distribuições Cíveis** (Falência e Concordata) – Essa certidão é utilizada para verificar se há processos relacionados à falência ou

concordata registrados contra a instituição financeira no âmbito estadual. A análise desse documento é crucial para identificar possíveis riscos relacionados à solvência e à continuidade das operações da instituição, uma vez que a falência ou concordata pode impactar diretamente na gestão dos fundos e na segurança dos investimentos.

Essas avaliações fiscais são essenciais para assegurar que as instituições financeiras selecionadas para administrar os recursos do PREVIJUNO estejam em plena conformidade com as obrigações tributárias e fiscais, evitando riscos legais que possam afetar a integridade dos investimentos. Além disso, elas garantem que as instituições possuam a capacidade financeira necessária para seguir operando de maneira estável e segura ao longo do tempo, contribuindo para a proteção e o crescimento dos recursos destinados aos servidores de Juazeiro do Norte.

1.1.3 Jurídico

Na avaliação jurídica das instituições financeiras, são analisados documentos fundamentais que registram os atos de constituição da empresa e seu regular funcionamento perante os órgãos reguladores competentes. O objetivo dessa análise é garantir que as instituições operem de acordo com as exigências legais e regulamentares, assegurando que estejam devidamente autorizadas e aptas a gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Previdência Social com conformidade jurídica e operacional. Entre os documentos avaliados, destacam-se:

a) Ato de Registro ou Autorização Expedida pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou Órgão Competente – Esse documento é essencial para validar a legalidade da instituição financeira, comprovando que ela foi registrada ou recebeu autorização para operar junto aos órgãos reguladores competentes, como o Banco Central ou a CVM. A autorização é uma exigência para o funcionamento legal da instituição no mercado financeiro e garante que ela esteja sujeita a fiscalizações e regulamentações específicas, o que assegura a proteção dos recursos dos investidores.

b) Contrato Social ou Estatuto Social – O Contrato Social ou Estatuto Social é o documento que estabelece a estrutura jurídica da instituição, regulando a sua constituição, objetivos, governança e responsabilidades. Ele é analisado para verificar a conformidade da instituição com as normativas legais e para assegurar que a empresa tenha a capacidade jurídica necessária para atuar no mercado financeiro, além de garantir que a governança esteja bem definida, o que contribui para a transparência e boa gestão.

c) Comprovação de Atendimento aos Requisitos Previstos no § 5º do Art. 21 da Resolução CMN nº 4963/2021 – O § 5º do Art. 21 da Resolução CMN nº 4963/2021 estabelece requisitos específicos para as instituições financeiras, que devem ser atendidos para que possam participar da gestão de recursos de regimes próprios de previdência social. A análise de conformidade com esses requisitos verifica se a instituição cumpre as obrigações legais e regulamentares necessárias para operar de

maneira eficaz e segura no gerenciamento dos investimentos, garantindo que ela esteja comprometida com boas práticas jurídicas e regulatórias.

A avaliação jurídica visa garantir que as instituições financeiras não apenas atendam às exigências legais, mas também operem dentro dos parâmetros éticos e regulatórios estabelecidos pelas autoridades competentes. Dessa forma, assegura-se que os recursos do PREVIJUNO sejam administrados por instituições juridicamente sólidas, minimizando riscos legais e operacionais, e promovendo um ambiente seguro para a gestão dos fundos de previdência dos servidores de Juazeiro do Norte.

1.1.4 Comercial

Na avaliação comercial das instituições financeiras, é realizada uma análise detalhada do Questionário Padrão ANBIMA *Due Diligence*, com foco específico na estrutura de distribuição dos produtos de investimentos. Este questionário visa fornecer informações cruciais sobre como a instituição oferece seus produtos financeiros aos investidores, seja por meio de canais próprios ou com o apoio de Agentes Autônomos de Investimentos (AAI).

O objetivo dessa avaliação é entender a forma como a instituição organiza e gerencia sua rede de distribuição de produtos, garantindo que essa estrutura seja transparente, eficiente e alinhada com as melhores práticas do mercado financeiro. Alguns dos aspectos analisados incluem:

Estrutura de Distribuição Própria – Quando a instituição realiza a distribuição dos seus produtos de forma interna, por meio de sua própria equipe ou canais de atendimento, é importante verificar se a instituição possui a infraestrutura adequada, com equipes qualificadas, treinadas e devidamente regulamentadas para oferecer as opções de investimento de forma eficiente e em conformidade com as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

Uso de Agentes Autônomos de Investimentos (AAI) – No caso de a instituição utilizar Agentes Autônomos de Investimentos para promover seus produtos, é necessário avaliar a qualidade e a idoneidade desses agentes. A instituição deve garantir que os AAIs estejam devidamente cadastrados e autorizados pelos órgãos competentes, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a ANBIMA. Além disso, deve-se verificar se esses agentes seguem as diretrizes de conduta e as políticas internas da instituição, com foco na transparência e no melhor interesse dos investidores.

Essa análise comercial também leva em consideração aspectos como a capacitação da rede de distribuição, os processos de monitoramento e supervisão das atividades de vendas, bem como os mecanismos de transparência e comunicação com os investidores. Avaliar a estrutura de distribuição é fundamental para garantir que os produtos de investimento sejam apresentados de forma clara, acessível e alinhada com as necessidades dos investidores, minimizando riscos de práticas inadequadas ou de conflito de interesses.

Ao realizar essa análise, o PREVIJUNO assegura que as instituições financeiras selecionadas para administrar os recursos do fundo estejam comprometidas com uma distribuição de produtos de investimento que seja ética, eficiente e regulada, protegendo assim os interesses dos beneficiários e garantindo a conformidade com as normas do mercado.

1.2 Renovação de credenciamentos

Durante o período em questão, foi solicitada a renovação do credenciamento das instituições financeiras listadas a seguir, em conformidade com as regras e exigências estabelecidas para os novos credenciamentos. Esse processo de renovação seguiu rigorosamente os critérios definidos pela legislação vigente e pelas normativas internas, assegurando que as instituições continuassem a atender aos requisitos de qualidade, segurança e conformidade necessários para a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Previdência Social.

Além disso, a renovação do credenciamento envolveu uma reavaliação detalhada das condições patrimoniais, fiscais, jurídicas e comerciais das instituições, levando em consideração as atualizações nas condições do mercado financeiro, bem como o desempenho das instituições ao longo do período de credenciamento anterior. Esse procedimento garantiu que as instituições permanecessem aptas a operar dentro dos padrões exigidos, assegurando a continuidade da boa gestão dos investimentos e a proteção dos interesses dos servidores.

A renovação também levou em conta o cumprimento das normas e diretrizes regulatórias estabelecidas pelos órgãos competentes, como o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros reguladores financeiros, garantindo que as instituições continuem a operar de forma transparente, ética e em total conformidade com a legislação aplicável.

Com a renovação, as instituições agora permanecem aptas a administrar os recursos do PREVIJUNO, com a responsabilidade de continuar oferecendo uma gestão financeira sólida, eficiente e segura, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento dos recursos destinados aos beneficiários do regime próprio de previdência.

- a) Rio Bravo – (Parecer Sobre Credenciamento de Cogestora em Fundo Imobiliário¹);
- b) Planner Consultoria – (Aguardando assinatura da Instituição no Termo de Credenciamento Administrador);
- c) Santander (aguardando resposta ao Ofício nº. 1249/2025 – PREVIJUNO - RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ARTIGOS 103, 104 E 106 DA PORTARIA MTP Nº 1467, DE 02 DE JUNHO DE 2022.

¹ **Assunto:** Necessidade de credenciamento de cogestora em fundo imobiliário com Caixa Econômica Federal como gestora e administradora e Rio Bravo como cogestora.

RESOLUÇÃO CMN Nº 4963, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021. RESOLUÇÃO 11/2024/CONSELHO DELIBERATIVO, DE 20 DE MAIO DE 2024.).

1.3 Credenciamento de novas instituições

O PREVIJUNO no **primeiro semestre**, não realizou novas inscrições ou credenciamentos de instituições financeiras.

O processo de credenciamento é crucial para assegurar que as instituições parceiras tenham a capacidade técnica, financeira e operacional para gerir os recursos do Fundo de forma eficaz.

O credenciamento das instituições que já atuam com o PREVIJUNO foi feito com base em uma análise rigorosa das suas condições patrimoniais, fiscais, jurídicas e comerciais. Isso garantiu que elas estivessem em conformidade com as exigências legais e regulamentares, além de preparadas para oferecer soluções financeiras seguras e rentáveis. As instituições credenciadas passaram por avaliações detalhadas de sua estrutura, governança e práticas de gestão de investimentos, sempre visando a transparência e a proteção dos recursos dos servidores.

Essas instituições estão habilitadas a operar e administrar os fundos do PREVIJUNO, com a responsabilidade de garantir a segurança, a rentabilidade e a transparência na aplicação dos recursos. A seleção cuidadosa e o credenciamento dessas instituições refletem o compromisso do PREVIJUNO com a boa gestão, o cumprimento das normas legais e a proteção dos interesses dos servidores públicos de Juazeiro do Norte.

As instituições credenciadas são parte fundamental do processo de gestão e crescimento do fundo, e o acompanhamento de seu desempenho será contínuo para assegurar que mantenham os padrões de excelência exigidos pelo PREVIJUNO.

2. MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

No **primeiro semestre de 2025** (01/01 a 30/06/2025), o PREVIJUNO reportou uma rentabilidade² de **R\$ 27.583.362,28** (vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil e trezentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos), refletindo um **desempenho positivo da carteira de investimentos**.

Esse resultado está diretamente relacionado à **elevada exposição da carteira (acima de 80%) em ativos de renda fixa**, que se beneficiaram do cenário de **taxa Selic elevada**, garantindo retornos consistentes e seguros. A estratégia de priorizar

² Informações extraídas dos Demonstrativos de receitas por classe econômica de 01/01/2025 a 30/06/2025. Na memória de cálculo foi considerado as remunerações positivas [-] menos as remunerações negativas no período em análise.

ativos conservadores revelou-se acertada, alinhando segurança à rentabilidade dos recursos dos servidores.

O crescimento patrimonial observado contribui para o **fortalecimento contínuo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte**, assegurando sua **sustentabilidade e solidez financeira**.

Por fim, o desempenho alcançado reforça a **importância do monitoramento constante da gestão dos investimentos**, com total observância aos princípios de **transparência, responsabilidade e governança**, conforme exigido pelas normas em vigor.

3. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS INVESTIDOS

Os recursos financeiros do PREVIJUNO estão distribuídos de forma estratégica em diversas modalidades de investimentos, visando garantir uma carteira equilibrada, diversificada e com boa rentabilidade, ao mesmo tempo em que busca a segurança necessária para proteger o patrimônio dos servidores. A alocação dos investimentos do fundo está organizada da seguinte maneira:

85,03% em Renda Fixa: A maior parte dos recursos está investida em ativos de renda fixa, refletindo uma estratégia conservadora e focada na preservação do capital. Essa alocação garante um fluxo de caixa estável e previsível, com menor exposição ao risco de mercado. A renda fixa é composta por títulos públicos, CDBs, debêntures e outras opções que oferecem uma rentabilidade atrelada a índices de referência, garantindo segurança e confiabilidade nas aplicações.

1,70% em Renda Variável: Uma parcela do portfólio é alocada em ativos de renda variável, como ações e fundos de ações, permitindo ao PREVIJUNO buscar uma maior rentabilidade no longo prazo, aproveitando o potencial de crescimento do mercado de ações. Essa alocação, embora com maior risco, é uma estratégia de diversificação que visa equilibrar a carteira com ganhos potencialmente mais elevados.

10,58% em Investimentos Estruturados: Esses investimentos incluem operações mais sofisticadas, como fundos multimercados, *private equity*, e outros produtos financeiros que, embora com um nível de complexidade maior, oferecem oportunidades de retorno ajustadas ao risco. A alocação em investimentos estruturados busca agregar valor ao portfólio com operações de maior retorno, mas ainda assim dentro de um controle rigoroso de risco.

1,01% em Fundos Imobiliários: Uma parte dos recursos é direcionada para fundos imobiliários (FIIs), que oferecem ao PREVIJUNO a possibilidade de obter rendimentos regulares a partir de aluguéis de imóveis e valorização de ativos imobiliários. Essa categoria traz uma forma alternativa de rendimento passivo, com boa diversificação para o portfólio, ao mesmo tempo em que reduz a exposição a mercados financeiros mais voláteis.

1,68% em Investimentos no Exterior: O fundo também investe uma parte de seus recursos em ativos internacionais, o que proporciona uma diversificação geográfica e a possibilidade de se beneficiar de mercados externos. Os investimentos no exterior podem incluir ações, títulos e outros produtos financeiros que buscam aproveitar o desempenho de economias globais, além de reduzir o risco de concentração em ativos domésticos.

Essa alocação diversificada de recursos totaliza 100% do capital aplicado, refletindo uma gestão prudente e bem planejada, que combina segurança e rentabilidade, ao mesmo tempo em que mantém o objetivo de maximizar o retorno do fundo com o menor risco possível para os beneficiários do PREVIJUNO.

O PREVIJUNO segue monitorando constantemente o desempenho de suas alocações, ajustando sua estratégia conforme necessário para enfrentar os desafios do mercado financeiro e garantir a sustentabilidade dos recursos ao longo do tempo, vide a distribuição por instituições financeiras e por Benchmark:

Gráfico 01: Distribuição de Recursos por Instituição

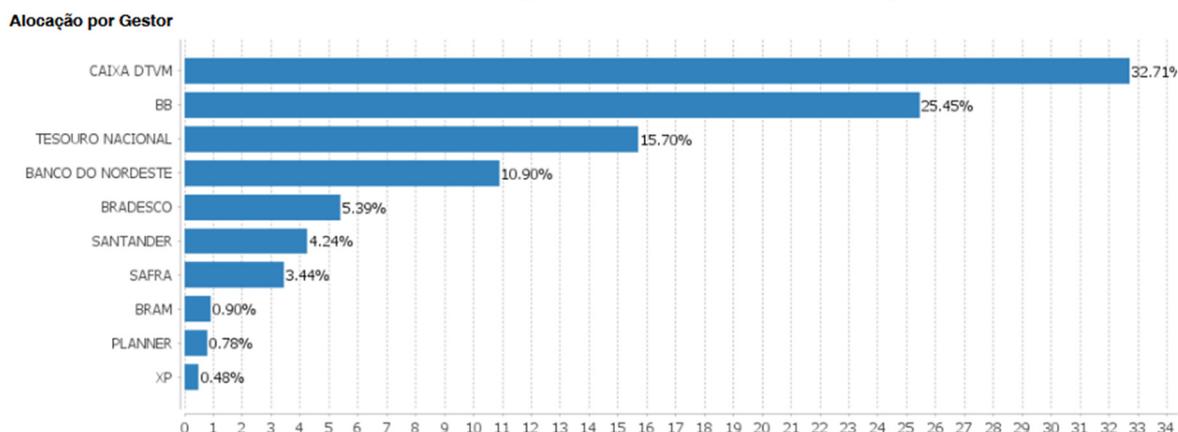
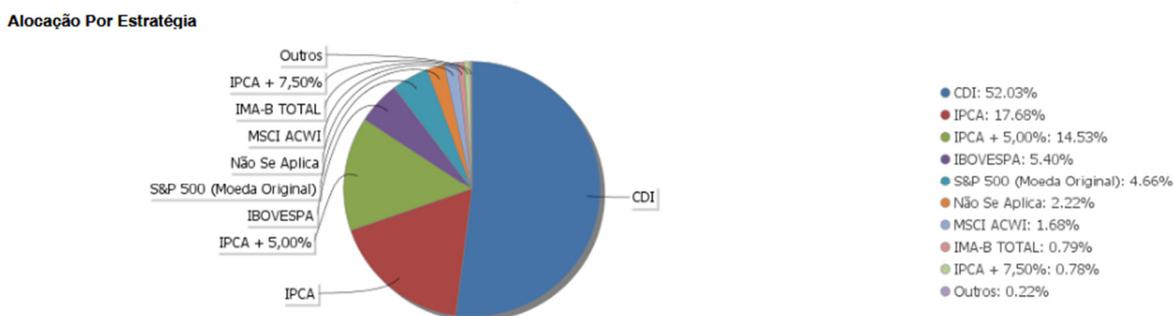


Gráfico 02: Distribuição de Recursos por Benchmark



A carteira de investimentos do **PREVIJUNO** manteve sua **posição em Renda Fixa**, refletindo uma estratégia prudente e alinhada ao atual contexto econômico, marcado pela **persistência da inflação** e pela recente **elevação da taxa Selic para 15% ao ano**, conforme divulgado na última ata do Comitê de Política Monetária (Copom).

Diante desse cenário, a Renda Fixa segue como uma **classe de ativos altamente atrativa**, oferecendo **prêmios reais elevados** e contribuindo para a **preservação do capital com rentabilidade consistente**. O novo patamar da taxa básica de juros reforça o potencial da Renda Fixa tanto para investidores conservadores quanto para aqueles que buscam **proteção frente à volatilidade dos ativos de risco**, especialmente em períodos de incerteza econômica.

Apesar de projeções anteriores indicarem uma taxa terminal de 9% ao final de 2024, a **reversão da trajetória de queda da Selic** e sua atual estabilização em nível elevado demonstram a **necessidade de revisão das expectativas de mercado**, o que justifica a manutenção da estratégia adotada pelo PREVIJUNO no curto e médio prazo.

Em meio à elevada inflação e a postura do Comitê de Política Monetária (COPOM) de manter o aperto monetário, a Renda Fixa continua sendo um dos pilares da estratégia do PREVIJUNO, garantindo segurança e retorno robusto aos investimentos. No entanto, o Comitê de Investimentos permanece vigilante, monitorando constantemente os movimentos do mercado e ajustando a alocação da carteira com o objetivo de capturar eventuais quedas nas taxas de juros, sempre em conformidade com os princípios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021, que orienta a gestão prudente e eficiente dos recursos previdenciários.

O acompanhamento contínuo do cenário macroeconômico, incluindo a evolução da inflação e as decisões do COPOM, permite ao PREVIJUNO ajustar sua estratégia de investimentos de forma a otimizar a rentabilidade da carteira e mitigar riscos, buscando sempre o melhor retorno possível para os beneficiários do fundo. A prioridade é manter a robustez da carteira, ao mesmo tempo em que se aproveitam as oportunidades de mercado, sempre de acordo com as normativas regulatórias que norteiam a gestão do fundo.

4. EVOLUÇÃO SEMESTRAL DA RENTABILIDADE

No **primeiro semestre de 2025**, a carteira de investimentos do PREVIJUNO obteve uma rentabilidade de **6,60%**, enquanto o CDI registrou um desempenho de **6,25%**³ no mesmo período. O desempenho da carteira foi influenciado positivamente principalmente pelo percentual alocado de forma direta em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e fundos atrelados ao CDI, os quais entregaram performance superior à meta no período, devido ao patamar atual da taxa Selic. A estratégia adotada pelo PREVIJUNO segue dentro dos parâmetros estabelecidos pela **Política de Investimentos 2025**, combinada com a **Resolução CMN nº 4963/2021**, que garante uma gestão prudente e transparente dos recursos, com o objetivo de

³ Conforme dados do Status Invest, disponível em: <https://statusinvest.com.br/indices/cdi>

Tabela do CDI

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
2025	1.01	0.99	0.96	1.06	1.14	1.10	---	---	---	---	---	---	6.25
2024	0.97	0.80	0.83	0.89	0.83	0.79	0.91	0.87	0.84	0.93	0.79	0.93	10.37

assegurar a sustentabilidade financeira do fundo e a proteção dos direitos dos servidores municipais no longo prazo.



Dados: LDB Consultoria Financeira

5. DILIGÊNCIAS

No **primeiro semestre de 2025**, o Comitê de Investimentos do PREVIJUNO se reuniu tanto de forma ordinária quanto extraordinária, sempre que as circunstâncias exigiram uma análise mais profunda ou ajustes nas estratégias de alocação dos recursos. Essas reuniões permitiram ao Comitê acompanhar de perto as flutuações do mercado e tomar decisões informadas, alinhadas aos objetivos de longo prazo do fundo e às necessidades dos beneficiários.

É fundamental destacar que o cenário econômico neste primeiro semestre foi marcadamente volátil, especialmente quando comparado ao segundo semestre de 2024. Esse cenário desafiador levou o Comitê a buscar alternativas e ajustar constantemente as estratégias de investimento, com o objetivo de atingir a Meta Atuarial estabelecida, que é **IPCA+5,21%**. Essa meta reflete o desafio de superar a inflação, ao mesmo tempo em que se busca uma rentabilidade real para garantir a solvência e a sustentabilidade do fundo no longo prazo.

O ambiente econômico global também foi impactado por fatores externos, como guerras internacionais e a alta taxa de juros nos Estados Unidos, que continuam a exercer pressão sobre os mercados financeiros e a influenciar a dinâmica dos investimentos. Além disso, a Política Fiscal do Governo Brasileiro tem gerado um clima de incerteza, tanto no mercado interno quanto entre os investidores. A falta de previsibilidade em relação a reformas fiscais e ao rumo das políticas econômicas tem afetado a confiança dos investidores, impactando diretamente as expectativas em relação à taxa de juros, à inflação, ao crédito e à economia de forma geral.

Diante desse cenário complexo e desafiador, o Comitê de Investimentos reconhece a importância de **adotar uma série de diligências estratégicas para o segundo**

semestre de 2025. Essas ações visam mitigar os riscos derivados da instabilidade econômica e aproveitar as oportunidades que possam surgir, sempre com o objetivo de proteger o patrimônio dos servidores e alcançar a meta atuarial.

Portanto, o Comitê seguirá atento ao desenvolvimento desses fatores e buscará, com base em sua experiência e nas melhores práticas de governança, os ajustes necessários para enfrentar os desafios do mercado e garantir a boa performance da carteira do fundo, sempre dentro dos parâmetros de prudência e transparência estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Diante do cenário macroeconômico de junho de 2025, com a taxa de juros (SELIC) em 15%, é imperativo que os membros do Comitê de Investimentos adotem uma postura diligente e estratégica na gestão da carteira de investimentos. A atual conjuntura exige um exame detalhado e contínuo dos seguintes pontos:

a) **Análise Cuidadosa da Carteira de Investimentos:** A taxa de juros elevada, com a SELIC em 15%, exige uma análise minuciosa da carteira, considerando os impactos dessa taxa nos ativos de renda fixa e variável. A avaliação deve ser cuidadosa para garantir que a carteira esteja alinhada com as condições de mercado, de forma a proteger e potencializar os resultados do Órgão.

b) **Avaliação de Indicadores de Mercado e Contexto Nacional e Internacional:** É fundamental que os membros do Comitê de Investimentos monitorem de perto os indicadores econômicos nacionais e internacionais, ajustando a carteira conforme as perspectivas do mercado para os próximos meses, especialmente com relação à renda fixa e renda variável. A evolução econômica global e as políticas monetárias, particularmente no **primeiro semestre de 2025**, terão impacto direto nas decisões de alocação.

c) **Reuniões do Comitê de Investimentos:** É crucial que o Comitê mantenha um calendário regular de reuniões, com foco no acompanhamento contínuo da evolução dos resultados da carteira. Essas reuniões devem ser aproveitadas também para a qualificação constante dos membros, garantindo que as decisões sejam sempre fundamentadas em informações atualizadas e de alta qualidade.

d) **Manutenção de Comunicação com Instituições Financeiras:** A comunicação permanente com as instituições financeiras responsáveis pelos fundos de investimentos alocados é essencial para assegurar que os gestores estejam alinhados com a estratégia do Comitê e para monitorar o desempenho dos fundos de maneira eficaz.

e) **Renovação do Credenciamento das Instituições Financeiras:** No início de agosto de 2025, deve-se concluir a renovação do credenciamento das instituições financeiras **Planner e Santander**. Esse processo é fundamental para garantir a continuidade do relacionamento com essas instituições, assegurando que os critérios de compliance e governança sejam atendidos.

f) **Monitoramento de Fundos em Desacordo com o Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021:** É imperativo que o Comitê mantenha uma vigilância constante sobre os

fundos que estejam em desacordo com as diretrizes estabelecidas no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021, tomando as medidas necessárias para garantir conformidade regulatória e a segurança dos investimentos.

A diligência e a abordagem cuidadosa em cada um desses pontos são essenciais para assegurar que os objetivos de segurança, rentabilidade e conformidade sejam atendidos no atual contexto econômico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro semestre de 2025 foi influenciado por um ambiente global ainda incerto, marcado por tensões geopolíticas e ajustes nas economias desenvolvidas, ao mesmo tempo em que o Brasil enfrentou uma **inflação elevada** e uma **taxa Selic de 15%** — uma das mais altas do mundo. Esse cenário reforça a importância de uma atuação técnica e prudente por parte do Comitê de Investimentos.

A elevada taxa de juros impacta diretamente as decisões de alocação de recursos, tornando os **ativos de renda fixa mais atrativos**, mas exigindo atenção constante aos efeitos da inflação sobre o poder de compra dos recursos e sobre os compromissos de longo prazo do regime.

Nesse contexto, é fundamental que o Comitê mantenha o foco na **observância dos princípios de segurança, solvência, rentabilidade, liquidez e motivação**, atuando com base em análises criteriosas e atualizadas. A **aderência à Política de Investimentos 2025**, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos, deve seguir como prioridade.

A continuidade de uma abordagem estratégica, prudente e transparente é essencial para garantir a sustentabilidade da carteira e proteger os recursos dos servidores. Assim, o Comitê estará preparado para **navegar com responsabilidade no segundo semestre**, enfrentando os desafios da economia doméstica e global com foco na **preservação e valorização do patrimônio previdenciário**.

Juazeiro do Norte, Ceará, 29 de julho de 2025.

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia/Banco Central do Brasil. **Resolução CMN Nº 4.963**, de 25 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Portaria/MTP nº 1.467**, de 2 de junho de 2022.